

EDIÇÃO 1303/1304 - Ano 30; 2ª e 3ª Semanas Julho 2016.

Breaking Bad(Temp.1 Ep. 11) **Europa Armada**

JOSÉ MARTINS

Para esta festa os alemães não foram convidados. Só estavam presentes o primeiro ministro britânico David Cameron, o presidente francês François Hollande e a família real britânica. Cercados de militares eles se reuniram nesta sexta-feira (1º Julho) para comemorar o centenário da “batalha do Somme”, que provocou perto de 1,2 milhões de mortos, feridos e desaparecidos, de julho a novembro de 1916.

A “batalha do Somme” confrontou a aliança de ingleses e franceses, de um lado, alemães de outro, às margens do rio Somme, norte da França, durante a Primeira Guerra mundial. Foi a primeira ofensiva conjunta franco-britânica da Grande Guerra. Uma das mais sangrentas e mortíferas batalhas da história. Além de civis, vitimou cerca de 1.060.000 soldados, dos quais 442.000 mortos ou desaparecidos. Para os britânicos, o 1º de Julho 1916, primeiro dia da batalha, foi uma verdadeira catástrofe: cerca de 58.000 soldados vitimados, dos quais 19.240 mortos. A batalha só terminou em 18 de novembro de 1916. Foi pouco produtiva para os dois lados. Os ganhos territoriais dos aliados foram pequenos, não mais que doze quilômetros para o leste. O front alemão não foi furado. Os combates consumiram os inimigos, nem vencedores nem vencidos.

A forte lembrança da histórica batalha ocorre uma semana depois da saída da Grã Bretanha da União Europeia (EU) - popularmente conhecida por Brexit. Carregada de simbolismo, para o presente e para o futuro da Europa. Mas o que a “batalha do Somme” tem a ver com o futuro? Observando os movimentos políticos dentro do *establishment* de Bruxelas e Strasbourg, muito mais coisas que possa suspeitar a vã filosofia das relações internacionais. O Brexit pode não ter sido a espoleta de grandes abalos na economia global que os mercados temiam. Não foi o *Lehman Brothers* da vez. Os capitalistas já recuperaram pelo menos a metade das perdas globais dos últimos sete dias. Mesmo a City de Londres já volta à rotina. Melhor assim. Quanto mais demorar o próximo choque, maior a superprodução global acumulada, maior o tombo.

Esqueça, portanto, a economia, pensa em coisas muito mais importantes que serão

certamente impulsionadas pelo Brexit. Por exemplo, o desenvolvimento de uma grande indústria de armamentos da UE e, conseqüentemente, do seu próprio exército conjunto. Depois de setenta anos de tutela do Tratado do Atlântico Norte (NATO), quer dizer, dos Estados Unidos, a *European Union* quer se tornar uma poderosa *European Army*.

Ser ou não ser uma potência e não apenas um patético mercado comum e um simulacro de moeda comum? Nem uma coisa nem outra. A UE nunca teve uma política externa comum e muito menos um exército comum. Não foi feita para ser ou não ser uma potência. Foi feita para expandir as fronteiras do eurodólar e da globalização capitalista no seu espaço geoeconômico. Cumpre zelosamente esta função desde o Plano Marshall, elaborado por Washington, quando os últimos rescaldos da 2ª Grande Guerra ainda ardião, até a atual Eurozona da “moeda comum”. De todo modo, a história dessa ilusão de um possível *Estados Unidos da Europa* foi muito útil para a acumulação do capital global e, não menos importante, para acalmar os velhos antagonismos militaristas das diversas burguesias nacionais europeias. A própria “constituição” da fantasiosa *comunidade*, devidamente monitorada por Washington e Londres, *off course* –proíbe a formação de um exército comum. A última revisão foi pelo *Tratado de Lisboa*, em 2009. Quem não tem exército não tem política própria. Só ideologia. Na realidade a *comunidade* nasceu e cresceu como uma colônia geopolítica de Washington. Esse ainda parece ser seu inescapável destino. A realpolitik dessa dominação? A NATO e as diversas bases militares norte-americanas espalhadas pelo velho continente, a principal delas ainda firmemente cravada no coração de Berlin. A *pax norte-americana* movida com o imbatível estimulante de montanhas de lucro para as burguesias nacionais do continente e alhures. O sonho reformista do *ultra-imperialismo* de Kautsky, Bernstein *et caterva* e seu prometido fim das grandes guerras mundiais nunca esteve tão próximos de se realizar.

Na historia das nações, entretanto, existiram poucas ideias e Tratados que não se desmancharam pela força das crises econômicas e da conseqüente ingovernabilidade no interior das grandes potências. As sólidas circunstâncias que impulsionaram os tratados do Atlântico Norte e o de Lisboa envelheceram celeremente nos últimos seis anos. Fadiga de material. *Primo*, pelo choque cíclico global de 2008/2009. Sua superação obrigou as diversas burguesias nacionais europeias a aumentar a temperatura da exploração do proletariado a níveis altamente desestabilizadores da democracia e do Estado. A taxa oficial de desemprego do bloco ainda permanece acima de 10% da população economicamente

ativa. O desemprego do proletariado jovem (18-25 anos) gira em torno de 25%. Em alguns países do euro a cada dois jovens um está desempregado. É um perigoso despropósito isso ocorrer no ponto mais elevado do atual período de expansão. No Japão e nos EUA não ocorre. É o tipo de indicador de que a chapa da civilização europeia esquentará mais ainda: a luta de classes na EU tornar-se-á crescentemente ingovernável na medida em que mais se aproximar, nos próximos doze meses, de um novo e muito mais devastador choque econômico global.

Secondo, mas nem um pouco menos importante: nos últimos cinco anos, aproximadamente, a insustentável leveza da *comunidade* foi atropelada de maneira mais intensa pela geografia e pela nova estratégia política global do imperialismo norte-americano. Duas coisas organicamente ligadas. As pessoas melhor informadas já contabilizam os rearranjos da *realpolitik* imperialista na qual os EUA diminuem relativamente suas forças concentradas na Europa e Oriente Médio e as deslocam para a Bacia do Pacífico. Diminuem forças no Atlântico e aumentam no Pacífico. *Russie a l'appuie* [com apoio da Rússia]. Isso fragiliza os flancos geográficos europeus. A leste - Polônia, Ucrânia, Criméia; ao Sul - Norte da África, Oriente Médio, megamigrações de refugiados, terrorismo de Estado, atentados nas principais capitais, etc. Vemos agora que esses flancos se abrem também ao Norte, com a Inglaterra do pós-Brexit.

A “questão alemã” da velha política internacional ressurge como quem não quer nada. Como um problema mais ou menos ingênuo de defesa da *comunidade*. Mas a geografia da guerra - Inglaterra ao Norte, França ao Oeste e Rússia a Leste - começa a asfixiar novamente os movimentos vitais da Alemanha. E os espíritos dos mortos às margens do Somme se inquietam depois de um sono só interrompido de 1939 a 1945. As mudanças recentes das condições materiais de existência da Europa - e agora o Brexit para aumentar perigosamente as incertezas - são suficientemente fortes para reatualizar a “questão alemã”? Não duvide disso. Mas o problema não é só esse. Não se trata de um problema acadêmico. O importante é esmiuçar a realidade geopolítica europeia e traçar os cenários e prazos reais de eclosão da nova guerra mundial.

Nada disso tem passado despercebido para alguns teóricos da estratégia militar europeia e políticos de alto escalão da EU. É observando as novas circunstâncias, mesmo antes do Brexit, que eles procuram colocar na ordem do dia a ideia de uma “Europa Armada”. Como Nicole Gnesotto - primeira mulher a ocupar o comando do *Institut des Hauts Études de Défense Nationale* (IHEDN), uma sorte de Sorbonne do estado maior do exército da França

- que analisa os novos desafios da Europa: “Existem novas dinâmicas que poderiam levar os europeus a assumir mais responsabilidades referentes à segurança e defesa. A dinâmica mais importante se encontra do lado americano. Os Estados Unidos de Barack Obama empreenderam uma revisão importante de sua doutrina e de sua posição estratégica (...). “Portanto, queiram ou não, os europeus se encontrarão de fato na linha de frente para a pacificação das crises regionais em torno da Europa.” (...) A crise econômica é um segundo fator que favorece mais cooperação europeia em matéria de defesa, de repartição e utilização de certas capacitações militares raras e custosas. O objetivo é consolidar a base industrial da defesa na Europa, identificando prioridades urgentes para as operações militares e indispensáveis para manter a excelência tecnológica da indústria europeia futura. Enfim, a estabilidade da periferia da União está longe de ser assegurada, tanto a leste como ao sul, exigindo da União uma vigilância estratégica e uma capacidade de reação mais rápida que a que se exigia no status quo anterior, notadamente no mundo árabe, principalmente porque agora a disponibilidade americana não está mais assegurada. **Em outras palavras, a nova fórmula estratégica da Europa poderia ser escrita da seguinte maneira: menos América, mais crises, menos dinheiro = mais Europa da defesa**”.[1] [grifo nosso].

A indústria europeia futura a que Madame Gnesotto se refere é a indústria da guerra, quer dizer, ao Departamento 4 da reprodução social (meios de destruição) teorizado originalmente por Rosa de Luxemburgo. Os demais departamentos, teorizados por Marx e Engels, são o departamento 1 (meios de produção); departamento 2 (meios de reprodução da força de trabalho) e departamento 3 (meios de luxo). No regime capitalista não existe nenhuma outra forma de demanda agregada que tenha um efeito dinamizador da produção tão decisivo quanto a demanda por armamentos. Na verdade, o consumo de meios de destruição é o único que possui a poção milagrosa de dinamizar toda a indústria nacional até ao pleno emprego da população economicamente ativa. O problema é que a produção de capital ainda não se libertou da necessidade de produzir ao mesmo tempo valor de uso. E todo valor de uso que é produzido tem que ser consumido. À luta de classes no interior das grandes potências e à geopolítica do imperialismo decidirem quando e como se realiza a globalização desta demanda. O certo, na atual situação de aproximação do mais potente choque cíclico do pós 2ª Grande Guerra, é que sem desenvolver essa indústria de armamentos em toda sua plenitude e qualidade - como já o fazem EUA, França, Inglaterra e Rússia, principalmente - tanto a Alemanha quanto o Japão serão engolidos

catastroficamente neste próximo choque que se aproxima. Tão certo quanto ao fato que eles agirão.

A defesa da Europa armada fica mais inflamada à medida que a mais destruidora crise econômica do pós-guerra se aproxima e deteriora a olhos vistos as condições de segurança e de governabilidade do Estado capital das diversas economias nacionais da UE. Assim, um exército único europeu é calorosamente defendido mesmo pelos mais altos dirigentes da UE. É o caso de Monsieur Jean-Claude Juncker – presidente da Comissão Europeia, espécie de primeiro-ministro do bloco – que em recente entrevista ao jornal alemão *Welt am Sonntag* (08/Maio/2016) declara que “a UE precisa de seu próprio exército para enfrentar a Rússia e outras ameaças”, assim como para restaurar a posição do bloco ao redor do mundo. “Porque a NATO não é suficiente” – argumenta o burocrata-mor da *comunidade* “um exército conjunto da Europa mandaria importantes sinais para o mundo”.

A criação de estruturas de uma Europa militarizada também é claramente exposta em relatório oficial da UE denominado *Estratégia Global da UE*, apresentado à cúpula de presidentes e primeiros-ministros em Bruxelas, nesta semana passada. Na síntese do documento elaborado e apresentado pela chefe da política externa do bloco, Federica Mogherini, pode-se ler algumas interessantes declarações de fé: “Precisamos de uma Europa mais forte. Nossos cidadãos merecem e é o que o mundo espera. Nossa época se encaminha para uma crise existencial, tanto no interior quanto no exterior. Nossa União está ameaçada. Nosso projeto europeu está sendo questionado... Neste mundo difícil, mais conectado, concorrencial e complexo, agiremos de acordo com nossos interesses, nossos princípios e nossas prioridades repartidas... É do interesse dos nossos cidadãos investir na capacidade de sobrevivência dos Estados e das sociedades à leste, até a Ásia central, e ao sul, até a África central. No quadro do alargamento atual da UE, um processo de adesão confiável baseado em condicionalidades rigorosas e equitativas é vital para restabelecer a resistência dos países dos Balcãs e da Turquia... A UE encorajará sistematicamente a cooperação em matéria de defesa e se esforçará pela criação de uma sólida indústria europeia da defesa, a qual é essencial para garantir a autonomia de decisão e de ação da Europa... Esta estratégia se baseia na concepção e na ambição de uma União mais forte, dispondo da vontade e da capacidade de provocar mudanças positivas no mundo. Nossos cidadãos merecem uma verdadeira União, que faça valer nossos interesses... Cabe a nos, neste momento, traduzir tudo isso em ação.”

Em conferência no Fórum de Bruxelas para política externa da UE, no ano passado, a

ministra da Defesa alemã, Frau Úrsula von der Leyen já havia usado toda sua influência do cargo para impulsionar a ideia defendida anteriormente por Monsieur Jean-Claude Juncker da criação de um Exército da UE: “Eu estou convencida que a criação de um exército europeu ou de uma defesa europeia pode ser criada como uma consequência lógica da integração europeia. Na mesma linha de ação, em entrevista ao jornal alemão Bild am Sonntag, 27 de Dezembro 2015, o poderoso ministro das Finanças da Alemanha, Herr Wolfgang Schäuble declara: “teremos que gastar muito mais recursos no esforço de uma defesa europeia unida... em nosso objetivo de ter nosso próprio exército europeu”. Do mesmo modo que Milos Zeman, presidente checo, outro alto dirigente do bloco, o polonês Donald Franciszek Tusk, presidente do Conselho da EU, se engaja no “novo eixo” declarando que “os europeus devem considerar uma nova e mais ambiciosa política de defesa e de segurança e não apenas fazer parte da Otan”.

Além destas manifestações públicas e oficiais, existe um plano secreto para a construção do exército da União Europeia? A opinião pública já está sabendo que a Alemanha patrocina a campanha para uma Europa armada, propondo quartel general conjunto, compartilhamento de equipamentos militares e outras providências operacionais. E que as linhas gerais do documento oficial apresentado à última cúpula europeia, pela comissária de política externa Federica Mogherini, do qual vimos partes acima, foram retiradas de um *wite paper* secreto do governo alemão apelando pela aceleração da formação de um *Exército da União Europeia*. Esse *wite paper* foi vazado, revelando ao distinto público as ambições alemãs reais de se afastar da NATO e iniciar imediatamente a criação de um “exército pan-europeu”. O documento não era para ser revelado antes do referendo britânico sobre a permanência do país como membro da EU, pela preocupação dos seus autores que ele caísse nas mãos dos partidários pela saída do bloco (Brexit). Foi o que realmente aconteceu. Uma cópia foi publicada pelo jornal Financial Times, de Londres, revelando a escalada de ambição dos alemães de um “exército pan-europeu” comandado pela Alemanha. É claro que o medo dos servos da rainha por essas renovadas ambições militaristas alemãs reforçou a vitória do Brexit.

Se na economia da “comunidade” a moeda comum é o marco alemão disfarçado, na sua geopolítica o exército comum será o exército alemão camuflado. E se o primeiro lado desta equação nunca abalou a vida dos idealizadores da OTAN e da Rússia, a criação do “novo eixo” escondido nas entrelinhas dos planos e pronunciamentos por um exército da UE não os agrada nem um pouco. A Inglaterra, em primeiro lugar. Do mesmo modo que ela se

recusou terminantemente a alienar sua moeda, a libra, e aderir ao euro, as manobras para a formação deste exército da UE soa para ela quase como declaração de guerra. Mesmo antes do Brexit, do referendo que decidiu pela sua saída da EU, a ponta de lança do imperialismo norte-americano na Europa já demonstrava oficialmente sua oposição ao plano alemão. Londres sempre insistiu com clareza que jamais faria parte de um exército da EU. Alguns dias antes do referendo e na sequência de pronunciamentos de altas autoridades da EU, de Berlim e daqueles relatórios que circulam em número cada vez maior em Bruxelas propondo uma “maior cooperação militar entre os Estados membros da EU”, o porta-voz do governo britânico declarava oficialmente: “O primeiro-ministro tem reiteradamente deixado claro que o Reino Unido jamais fará parte de um exército da EU. Reservamo-nos o direito de veto em todas as questões de defesa da UE e vamos nos opor a quaisquer medidas susceptíveis de comprometer as forças militares dos Estados membros”. Um dia depois, o secretário da Defesa britânico Michael Fallon fazia declarações na mesma linha, mas de maneira mais enfática. Dois dias antes de o Times estampar na primeira página “Planos militares da EU mantidos em segredo dos eleitores”, o general Tim Ross, comandante aposentado do exército britânico, colocava mais lenha na fogueira, declarando no Daily Express que a EU estava se movendo inexoravelmente para uma união política plena e tudo que vem com ela, incluindo forças armadas unificadas. O antigo secretário da defesa Lian Fox também colaborou decisivamente para convencer os cidadãos britânicos em qual alternativa do referendo eles deveriam cravar seu voto: “As intenções de defesa da Europa são uma perigosa fantasia. Elas ameaçam separar o Reino Unido dos Estados Unidos, nosso mais próximo e mais poderoso aliado”.

Neste imbróglio de pressões e contrapressões diplomáticas não existe nenhuma boa vontade política capaz de contornar essa rota de uma Europa armada. É muito importante levar em conta que a fórmula aparentemente eterna de *pax norte-americana* e montanhas de lucro para as burguesias nacionais do velho continente perdeu seu prazo de validade desde a última crise parcial 2008/2009. E que a salvação da propriedade privada capitalista doméstica é, em geral, o que define as decisões geopolíticas de cada burguesia nacional envolvida em uma situação de crise geral do capital.

O pêndulo se move mais uma vez da economia para a guerra, pois ninguém nunca foi capaz de criar uma fórmula mágica de como fugir da crise geral e salvar a propriedade privada. A única coisa que se sabe é que se os capitalistas fossem capazes de manter uma guerra mundial permanente não haveria nunca mais crises econômicas. E a propriedade privada estaria salva. O capital seria capaz de se manter com a taxa de lucro zero e o pleno

emprego da força de trabalho. Isso corresponde ao Estado estacionário que Ricardo tanto temia. O erro dos economistas malthusianos (leia-se Keynesianos e certas correntes “marxistas”) é que eles acham que o Estado estacionário pode ter uma longa duração e evitar as grandes guerras mundiais. O que dá certo folego para essas falsificações é que só nas crises gerais (catastróficas) o consumo de meios de destruição produzidos no Departamento 4 assume necessariamente a dimensão mundial – não mais localizada (crise parcial) como no Iraque, Afeganistão, Ucrânia, Síria, etc. Guerra e revolução.[2] É justamente a necessidade dessa demanda salvadora do capital nacional das grandes potências que constitui a principal condicionante material que arrastará Alemanha e seus aliados que restarem na assim chamada União Europeia para a restauração do seu antigo protagonismo na geopolítica inter-imperialista. O mesmo deve se passar também com o Japão, no outro lado do mundo. Mas a descrição mais ampla deste assunto faz parte de outro episódio a ser tratado futuramente.

[1] Nicole Gnesotto - “L’Europe Armée” [A Europa Armada] - Institut Jacques Delors, Paris, Dezembro 2013.

[2]Ninguém foi menos pacifista e nem mais feliz com a eclosão das grandes guerras imperialistas que Rosa de Luxemburgo e seus dois queridos inspiradores que redigiram algumas décadas antes o Manifesto do Partido Comunista. Quando os burgueses e pequeno-burgueses nacionalistas e patriotas votam crédito para a guerra para salvar sua propriedade capitalista (privada ou estatal) os trabalhadores sem pátria e sem nenhuma reserva saúdam o acontecimento como o fim da paz de cemitérios, condição necessária (embora não suficiente) para a revolução mundial, a abolição das fronteiras nacionais e do capital.